

Jogo de damas: reflexões sobre o fazer etnográfico e a constituição do campo da raça e gênero no Brasil (Elizabeth Agassiz e Ruth Landes)

Fabiane Vinente dos Santos

Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia –UFAM

Doutoranda em Antropologia Social – UNICAMP

e-mail: vinente@gmail.com

Resumo

O artigo elabora uma comparação entre os escritos de Elizabeth Agassiz na passagem da Expedição Thayer, liderada por seu marido Louis Agassiz, pela Amazônia e o trabalho de Ruth Landes sobre os cultos iorubá na Bahia dos anos 30, tomando como categorias-chave a raça e o gênero. A partir desta comparação é possível visualizar as transformações nos paradigmas científicos sobre a questão da raça no contexto de cada trabalho e no papel da mulher brasileira.

Palavras-chave

Raça e Gênero; Elizabeth Agassiz; Ruth Landes; mulher

Lendo o livro *A cidade das mulheres*, fruto da pesquisa da antropóloga norte-americana Ruth Landes sobre o candomblé da Bahia no Brasil nos anos 30, não consegui deixar de pensar nos paralelos possíveis – e os “não-possíveis” - entre esta etnografia e os escritos de uma outra norte-americana, também sobre o Brasil, elaborado algum tempo antes: Elizabeth Carry Agassiz em *Viagem ao Brasil (1865-1866)*; separando as duas, mais do que um intervalo de 73 anos, concepções científicas e pressupostos teóricos reflexo da cena científica de cada época. Olhando além das discrepâncias mais óbvias (nem por isso desprezíveis) dos diferentes contextos sócio-históricos e locais que emolduram os escritos das duas mulheres, meu objetivo aqui é utilizar a comparação de suas formulações para refletir sobre duas questões que marcam a antropologia brasileira: a primeira diz respeito à produção etnográfica, aos determinantes e condicionantes deste “fazer” assumidamente permeado pela subjetividade dos sujeitos envolvidos. A segunda está relacionada à constituição da raça e gênero como objeto de reflexão das relações sociais no Brasil e um campo privilegiado de estudos das ciências sociais.

O movimento executado a partir das idéias das duas autoras aqui será semelhante aos das peças de um jogo de damas; diferente do xadrez, onde cada peça tem um valor fixo estabelecido no âmbito do jogo, nas damas as peças dispõem-se relacionalmente, e o valor de cada uma depende de sua posição no tabuleiro no instante da jogada e estão constantemente mudando - da mesma forma que as teorias e pressupostos científicos se alternam e são valorizados ou descartados de acordo com o contexto, formulando teorias novas ou simplesmente reelaborando discussões sobre as mesmas bases – refazendo percursos intelectuais sobre novos modelos. Os paradigmas científicos debatidos serão o poligenismo (teoria vigente no século XVIII-XIX) em sua vinculação com o criacionismo catastrofista de um lado e o papel da mulher nos cultos ioruba na Bahia dos anos 30 de outro.

A analogia do jogo de damas também serve para chamar a atenção para a produção científica sobre a questão da raça e gênero pelos olhos de duas mulheres e para o modo como esta discussão esteve presente nos debates sobre o êxito ou não do projeto de nação brasileira a partir da análise da possibilidade de superação de seus problemas estruturais geográfica, biológica ou historicamente estabelecidos.

Convém antes de tudo apresentar as duas personagens em questão e seus respectivos contextos de passagem pelo Brasil. Elizabeth Carry Cabot Agassiz, nascida em 1822 em Boston, ativa no meio educacional e participante da vida profissional do marido¹, aportou em terras brasileiras em 1865, compondo a expedição Thayer, que percorreu durante todo aquele ano, e no seguinte, grande extensão do território brasileiro – partindo do Rio de Janeiro e seguindo ao Amazonas, de onde o grupo de doze pessoas dividiu-se: uma parte seguiu viagem para alcançar territórios fora da fronteira brasileira enquanto a outra metade, dentre os quais Elizabeth e seu marido, chefe da expedição, o naturalista suíço residente na Inglaterra, Louis Agassiz (Freitas, 2001), empreendia a viagem de volta.

O Brasil vivia os últimos dias do Império, sob o governo de D. Pedro II, cuja vocação humanística e científica fora fundamental para a realização da empreitada, uma vez que o imperador estimulava e apoiava a vinda de cientistas e artistas estrangeiros para o país. Com Agassiz, eminente catedrático de Cambridge, não fora diferente. Empenhado numa cruzada pessoal para deslegitimar a tese da evolução das espécies de Charles Darwin, que ganhava cada vez mais adeptos nos meios científicos, Louis Agassiz buscava no Brasil a contra-prova que desse sustentação à teoria catastrofista, uma releitura do criacionismo², da qual tornara-se ardente defensor³.

¹ Em 1856 Elizabeth ajudou a fundar a *School Agassiz or Girls*. Sua biografia inclui também *Seaside studies in natural history*, de 1865 – publicada com seu enteado Alexandre Agassiz no mesmo ano da expedição Thayer e *Agassiz, his life and correspondence*, publicada após a morte do marido, em 1885. Além da expedição Thayer, Elizabeth participou mais tarde com o marido da expedição Hassler (1871-1872) ao Estreito de Magalhães.

² Agassiz e Darwin representam os dois pólos opostos da maior controvérsia científica do século XIX: as teorias sobre a origem das espécies. De um lado estava Darwin, com a tese da seleção natural e da sobrevivência dos indivíduos mais aptos ao meio e às transformações nele ocorridas; de outro os representantes das várias teorias criacionistas, como os catastrofistas que, inspirados pela Teologia natural, pregavam uma releitura da passagem bíblica do Gênesis a partir de evidências científicas, embora negando o materialismo presente nas teses evolucionistas. Para estes, a criação seguia os rumos determinados por Deus e cada ser vivo seria uma criação única. As catástrofes ocorridas na terra como dilúvios e formação de geleiras teriam destruído toda a vida em cada período, não deixando ligação biológicas entre as espécies (Freitas, 2001, p. 38).

³ Viajando pelos Alpes suíços, Agassiz, que a despeito de ser especialista em ictiologia possuía amplos conhecimentos em geologia, observara a existência de camadas de solo sem relação com o restante do terreno local. Estas camadas – chamadas *drifts*, indicariam que o material da superfície não teria se formado pela composição dos terrenos onde estavam situados. A explicação para isso era que o material fora transportado de outras áreas através de grandes acontecimentos naturais como o deslocamento de grandes massas de gelo durante o Pleistoceno, cuja prova estariam nas ranhuras e marcas deixadas nas encostas dos vales provocadas pelo movimento do gelo. Agassiz esperava encontrar indícios destes movimentos nos solos do litoral brasileiro e assim ter condições de confrontar as teorias darwinistas.

Embora formada por ictiólogos, geólogos, zoólogos e botânicos, a expedição Thayer legou um dos documentos mais ricos sobre as formas de vida do povo brasileiro na época, graças ao esforço de documentação empreendido por Elizabeth Agassiz, que manteve um diário que, muito mais que um relato da expedição, oferecia uma nova forma de escrita científica, mesclando suas observações pessoais, seu encantamento ou reprovação com os hábitos que encontrava à correspondência do marido durante a viagem, além de observações sobre espécimes de plantas, animais e “tipos raciais” humanos, geralmente acrescentadas posteriormente por Louis. Apesar desta participação, a autoria substancial deste trabalho é inegavelmente de Elizabeth, que imprime ao texto sua perspectiva e transporta os leitores para uma viagem pelo Brasil do século XIX através dos seus olhos. Os escritos, reunidos e editados em forma de livros um ano depois do regresso da expedição embora documentem todo o trajeto, alcançam o auge das formulações na descrição da passagem pela Amazônia (Províncias do Pará e Amazonas, nos capítulos IV ao XI), ganhando mais cores e significados - especialmente no que diz respeito ao elemento feminino - constituindo-se num dos únicos documentos da época sobre a região neste respeito.

A região ainda não despontara para o ciclo extrativista do látex e suas cidades principais ainda não haviam sofrido o surto urbanístico que modificou as relações sociais na região a partir de 1880. O isolamento geográfico agravado pela ausência de estradas tornava o norte brasileiro um território à parte, excluído das mobilizações políticas e econômicas do centro do Império, o Rio de Janeiro. Elizabeth, que passava a maior parte do tempo junto às mulheres das localidades em que paravam, especialmente no interior das províncias - percebe o elemento feminino tomando a frente dos empreendimentos locais – sítios e pequenos comércios. A ausência dos homens em função da Guerra do Paraguai (1864-1870) obrigara as mulheres a ocupar posições de comando tradicionalmente determinadas aos homens, proporcionando um sentido de autonomia impensado em áreas urbanas do resto do Brasil, onde a herança ibérica estabelecia um alto grau de dependência destas para com seus homens, especialmente nas classes mais altas ⁴.

⁴ Um outro trabalho de pesquisa sobre a situação das mulheres na Amazônia, desta vez enfocando um intervalo de tempo maior, também aponta para uma maior autonomia destas em relação às mulheres das áreas mais urbanizadas do território nacional. Ver COSTA, Heloísa Lara Campos. (2000). **A medida do**

Em uma era marcada pelo controle do corpo e da intimidade feminina, as índias e mestiças do relato de Agassiz aparecem trabalhando nas roças, comercializando, deslocando-se de canoa pelos igarapés sem a costumeira supervisão masculina. A mulher ainda era o elemento subordinado da sociedade local, mas tal subordinação, como transparece nos relatos, possui nuances diferenciadas. O controle social enfraquece-se à medida que a expedição distancia-se das grandes cidades, e as mulheres falam sobre seus “filhos da fortuna” (filhos fora do casamento) com a naturalidade de quem não tem que temer sanções sociais, o que causa constante assombro na cronista, para quem a moralidade constituía-se em condição fundamental para o sucesso do projeto colonial na região.

No que diz respeito à questão racial, Elizabeth, como o marido, era adepta do **poligenismo** – o que estava de acordo com a tese catastrofista - segundo o qual “as raças seriam fenômenos essenciais e ontológicos resultantes de centros de criação diversos” (Schwarcz, 2003), embora justamente por isso tal tese discordasse da origem única da humanidade postulada pela Bíblia. O poligenismo foi a teoria responsável pela estigmatização “científica” do negro, considerada desta forma como raça distante da branca e, portanto, inevitavelmente degradada. A classificação poligenista ia além do fenótipo, atribuindo características psicológicas a cada “tipo”. No que diz respeito às mulheres, para Elizabeth as negras seriam hipersexuadas, produto de uma lascividade primitiva, enquanto as índias estariam no outro oposto da degenerescência: seriam indolentes e apáticas, cujos sinais seriam reforçados pelo tipo físico de estatura baixa e mirrada, cuja prova Elizabeth constatava nos divertimentos como danças, quando as índias deixavam-se levar pelos parceiros sem demonstrar alegria ou tristeza.

Para os Agassiz a mistura de raças, ao contrário do que postulava grande parte da intelectualidade brasileira da época, era nociva, pois diluiria os caracteres positivos de cada raça, dando origem a espécies estéreis e degeneradas, abundantemente observadas pela expedição e cuidadosamente classificadas: cafuzo, mameluco, mulato... A Amazônia apresentava-se como um grande laboratório da natureza, onde podiam ser observados os frutos das misturas raciais. A opinião de Elizabeth só parece oscilar quando contratam uma cafuza como empregada da expedição – Alexandrina, que surpreende os Agassiz

com sua habilidade e destreza a ponto de Elizabeth comentar “...ela parece reunir a inteligência do índio à adaptabilidade maior do negro (Agassiz e Agassiz, 2000, p.221)”.

Um acontecimento muda radicalmente o tom da narrativa de Elizabeth, familiarizando-a inalmente aos nossos conceitos politicamente corretos do século XXI: em agosto de 1865, quando a expedição chega à uma determinada localidade (choça da Esperança) na província paraense, a permanência do grupo, sempre de alguns poucos dias, desta vez é prolongada por cerca de dois meses, proporcionando uma maior proximidade entre a dama de Boston e suas anfitriãs mestiças. Tal aproximação revela para a americana uma realidade diferente: após adquirirem maior intimidade, as mulheres a interrogam sobre sua vida, mexem em sua bagagem, narram suas angústias e dramas pessoais proporcionados pelo contexto da guerra, que modificara radicalmente a estrutura social local, provocando a fuga dos homens ou sua partida.

Passados setenta anos da presença da expedição Thayer no Brasil, o status do negro nas teorias científicas ainda guardava muitas reminiscências das teorias raciais do século XIX, embora houvesse um avanço considerável na derrubada dos paradigmas poligenistas, mas até a década de 30 ainda é perceptível no Brasil, como em outras partes do mundo, a força, os movimentos eugênicos, encabeçados pela medicina, que propunham a possibilidade de melhoramento da raça. No caso do Brasil, este chegou a ser um projeto de grande monta levado a termo pelos médicos sanitaristas, onde ainda era presente o ranço da idéia de hierarquia racial e sua relação com a nação (Schwarcz, 1993, p. 208).

O Brasil, eterno laboratório racial, com o desenvolvimento das instituições dedicadas ao ensino e pesquisa das ciências sociais, ganhava outras conotações aos olhos dos estrangeiros, especialmente dos norte-americanos, a partir da década de 30⁵. O crescimento da sociologia e da antropologia no mundo revelaram o Brasil como campo de investigação privilegiado para observação dos reflexos sociais da convivência de várias “raças” num mesmo território, reflexos estes concretizados ideologicamente no chamado “mito da democracia racial”, surgido nos primórdios da década de 30 e que

⁵ Sobre a vocação magisterial da missão francesa em relação ao Brasil em contraposição à americana, cujos interesses estavam fundamentalmente ligados à pesquisa empírica ver Peixoto, 2001 e para mais detalhes sobre a “troca de guarda” entre franceses e americanos, ou seja, a transferência de influências políticas e metodológicas da escola francesa para os grupos de pesquisadores americanos no período em passagem pelo Brasil, ver Corrêa, 1988.

apesar da referência fácil representada por Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre, teve outros colaboradores para sua construção como o antropólogo americano Robert Park e também ativistas e intelectuais negros americanos como Booker T. Washington e W.E.B. DuBois que, passando pelo Brasil, maravilhavam-se pelo que consideravam uma harmonia racial em comparação aos sangrentos conflitos nos Estados Unidos envolvendo brancos e negros (Fry, 2002, p. 28). A ideia de investigar o Brasil e obter uma maior compreensão dos termos desta propalada igualdade racial foi o principal motivo da vinda do jovem antropólogo formado em Chicago, Donald Pierson, para a Bahia em 1936 e também a da nova-iorquina Ruth Schlossberg Landes, dois anos depois, para o mesmo lugar, ambos a convite de Robert Park.

A chegada de Ruth Landes ao Brasil foi preparada com alguma antecedência. A antropóloga, formada em Columbia, havia trabalhado antes durante alguns anos entre os Ojibwa no Canadá, tendo publicado duas monografias. Como Pierson (Peixoto, 2001), também ela ficara trabalhando na Universidade de Fisk, uma instituição de negros no sul dos Estados Unidos para se “habituar aos negros” (Landes, 2002). Ex-aluna de Boas e Ruth Benedict, Landes estava disposta a pesquisar os negros “sob seus próprios termos” e coletou seus dados através de observação participante nos terreiros e festas religiosas da Bahia, além de desenvolver um profundo envolvimento com os sujeitos de sua pesquisa. Aparentemente, do que podemos apreender dos relatos sobre as pesquisas de outros eminentes estudiosos como Nina Rodrigues ou mesmo o contemporâneo de Landes, Arthur Ramos, técnicas usuais na antropologia como a observação participante ainda constituía-se numa grande inovação no que diz respeito à investigação com negros no Brasil.

Aqui é necessário chamar a atenção para um aspecto interessante do quadro intelectual local em relação à figura do negro: além da monografia de Pierson publicada algum tempo antes e dos livros de Gilberto Freyre (Casa Grã & Senzala e Sobrados & Mucambos), havia uma vasta produção de estudos sobre o negro, quase sempre de cunho higienista, especialmente na Bahia, onde o médico Nina Rodrigues e seu grupo foi o pioneiro na transformação do negro em objeto da ciência. Foi esta a linha inicialmente seguida pelo auto-proclamado herdeiro intelectual de Rodrigues, o também médico Arthur Ramos, que com o passar dos anos apropriou-se da ferramenta da antropologia no

desenvolvimento de suas pesquisas. Édison Carneiro, intelectual negro ligado ao grupo de Nina, embora grande conhecedor do candomblé bahiano, não possuía uma produção acadêmica no sentido estrito do termo. No cenário internacional, além do já citado Pierson não havia muito. Melville Herkovitz, renomado africanista que desenvolveu pesquisa no Brasil em anos posteriores, mas que até então nunca havia pisado no Brasil, embora mantivesse contato com os pesquisadores locais como Ramos. Em outras palavras: o negro no Brasil era objeto científico há muito tempo, mas enquanto objeto antropológico, ainda era uma novidade até ali. Acredito que isso explique a insipiência das ferramentas de investigação dos estudiosos então atuantes. Na Bahia, os relatos sobre as pesquisas davam conta de que os estudiosos raramente abandonavam seus escritórios, onde recebiam os seus entrevistados, e embora vários deles fossem ogãs (título conferido a certos homens como protetores dos templos de candomblé), nenhum havia mergulhado tão fundo no universo mágico dos ritos de origem Ioruba na Bahia, nem se distanciado das explicações de origem africana, as quais recorriam para explicar a religião e as instituições sociais.

O estudo de Landes em contraposição à idéia de cultura estática e cristalizada, apresenta a religião do candomblé como o produto de um arranjo sócio-histórico específico, para o qual contribuiria, entre outras coisas, tanto a instituição da escravidão quanto sua abolição. Sem recorrer às então consagradas referências africanistas, o texto de *A Cidade das mulheres* apresenta, tal como o texto de sua distante conterrânea Elizabeth Agassiz, uma proposta inovadora de texto científico, num tom intimista e em primeira pessoa, o que na época foi um dos motivos para as várias críticas sofridas por Landes. Seu relato instiga por situar de forma magistral a autora em meio à multivocal sociedade local e apresentar, numa perspectiva relacional, as diversas “faces” de uma mulher norte-americana, judia, branca, solteira e antropóloga frente aos diversos sujeitos e grupos com que se relacionava na Bahia dos anos 30: os funcionários do consulado americano, a comunidade estadunidense local, a polícia, os intelectuais da cidade, seu guia e amante Édson Carneiro, as mães-de-santo, suas filhas das tradições Ioruba e Caboclo, suas famílias, suas crianças. Mas além da forma, o principal alvo de críticas ao trabalho de Landes foram suas teses sobre um matriarcado no candomblé baiano em razão do maior poder exercido pela mulher na sociedade negra e de uma afinidade dos

homossexuais como membros de candomblés caboclos, divulgadas num conjunto de três artigos (*Matriarcado cultural e homossexualidade masculina*, *Culto fetichista no Brasil e Escravidão negra e status feminino*). Tal ordem de temas configura a disposição em focar o estudo em duas categorias: gênero e raça.

O quadro científico dos estudos sobre cultura nos Estados Unidos vivam um momento importante: a partir do círculo formado em torno de Franz Boas, firme opositor do nazismo e responsável entre outras coisas pela substituição do conceito de raça pelo de cultura, estudiosos como M. Herkovitz, dedicavam-se à análise da cultura negra em vários lugares do mundo. O Brasil aparecia como um importante centro de estudos a partir da sua grande população negra e do seu passado escravista. A Bahia aparecia como uma cidade ideal para observar como o negro havia de integrado na sociedade nacional, analisada via de regra sobre o prisma da religião pelos cultos fetichistas.

Como já foi dito, a abordagem da questão fincava-se na idéia de uma transposição entre os cultos da África para o Brasil, sem levar em conta o contexto social e as transformações sofridas pelos negros como segmento social dentro de uma sociedade de classe. Nesse sentido o trabalho de Landes inovava por revelar que tais transformações provocaram um movimento novo: um maior prestígio social das mulheres na sociedade bahiana que lhes proporcionou um papel central nas práticas religiosas do candomblé, a ponto dos maiores terreiros contarem com lideranças femininas (como o Gantois, liderado pela célebre Mãe Menininha). Uma outra consequência seria a presença cada vez maior de homossexuais como líderes de terreiros “caboclos” que, um tanto mais afastados da rigidez purista dos terreiros de tradição ioruba, buscariam no elemento feminino sua legitimidade mística.

Os ataques ao trabalho de Landes partiram não só do próprio Herkovitz como também de Arthur Ramos, referência nacional do estudo de negros, que não aceitavam a idéia de que a liderança feminina nos terreiros era uma tendência social estabelecida, muito menos a de que os homossexuais lideravam terreiros. O trabalho de Ruth Landes sofreu sanções não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos, além do linchamento moral infligido à sua pessoa, possível responsável pelo seu tardio acesso a uma posição estável como acadêmica – ela só consegue emprego como professora

universitária regular em 1965, portanto 30 anos depois de conseguir seu PhD. (Healey, 1996).

Os detalhes deste caso emblemático das relações acadêmicas do contexto da época já foram amplamente debatidos em vários trabalhos (Cole, 1995; Healey, 1996; Fry, 2002 e Corrêa, 2002 e 2003). Meu objetivo a partir dos elementos disponíveis até aqui inicialmente era o de analisar os dissensos entre as duas ordens de trabalho científico feito por mulheres estrangeiras sobre mulheres, equacionando a questão do gênero e da raça num texto de formatação inovadora para a época: os capítulos sobre a Amazônia de Elizabeth Agassiz e os escritos de Ruth Landes (livro e artigos) sobre o candomblé na Bahia. A despeito da notória discrepância de contextos históricos e de objetos – o de Agassiz são as índias e mestiças e o de Landes as negras sacerdotizas yoruba, encontramos alguns pontos interessantes de intersecção entre as duas produções que, acreditamos, valem uma breve análise.

Entre os consensos, o que primeiro se sobressai é a matriz explicativa de cada uma das autoras, que revelam o contexto dos debates acadêmicos de suas respectivas épocas: para Agassiz é a biologia e o determinismo geográfico, pelo qual condenava as raças inferiores (como o índio e o negro, que era constantemente lembrado no seu texto como inferior ao índios em vários aspectos – fosse pela sua sensualidade supostamente exacerbada ou pela sua higiene) e principalmente, condenava a mistura racial através de proles mestiças (Santos, 2005); Para Landes é a cultura que, apesar das transformações impostas pelo dinamismo histórico, vive preservada numa suposta “pureza da raça negra”, emblematizada no movimento de preservação da cultura africana do qual participavam os terreiros mais tradicionais da Bahia – pelos quais Ruth não esconde sua franca admiração, em detrimento dos terreiros de tradição mista – caboclos ou angolas.

Healey (1996, p. 167) chama a atenção para o que parece ser, no texto de Landes, um distanciamento da abordagem culturalista, mas que é, na verdade, uma confirmação desta. Ao aliar-se aos intelectuais baianos em defesa da “pureza lorubá” – intelectuais estes que aceitavam a herança cultural africana por apostarem em seu iminente desaparecimento, os terreiros tradicionais encontraram uma forma de escapar da repressão policial, mas vetavam o acesso dos mestiços – “os que não se enquadravam neste espaço idealizado da tradição” – à cidadania e a alguns direitos políticos básicos.

Como resume Healey: para um segmento da elite a glorificação da África poderia coexistir com políticas autoritárias. Ao comprar a idéia da presença de um “primitivismo” que estaria manifesto no matriarcado ritual das mães-de-santo, Landes enquadrava seu estudo no quadro das muitas iniciativas de inspiração boasiana de pesquisa de populações em processo de “assimilação” pela cultura ocidental ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que buscava conhecer elementos das sociedades “primitivas”, especialmente os relacionados a gênero e raça, para entender a sociedade branca ocidental.

Os pontos de convergência entre os textos guardam aspectos ainda mais ricos e carentes de uma análise mais pormenorizada. Dadas as limitações deste *paper*, optamos por explorar três, além da já citada semelhança na forma do texto – de cunho intimista e na primeira pessoa: a questão da *autonomia feminina* – presente nos dois relatos – e em ambos os casos produto de um conjunto de fatores conjunturais: no caso das mulheres amazônicas a Guerra do Paraguai e no caso das negras, as possibilidades de ascensão social abertas às mulheres através de possibilidades de emprego e renda própria dentro do sistema escravista ibérico – em contraposição ao inglês, cuja dureza e intolerância teriam gerado as relações conflituosas entre negros e brancos no presente. A estes fatores Landes, como culturalista que era, não deixa de acrescentar que as mulheres, tradicionalmente, sempre foram os receptáculos “naturais” dos deuses, tendo a prerrogativa exclusiva de receber o deus e dançar com ele. O outro aspecto do sistema religioso, isto é, a administração do templo e a direção dos cultos é que mudara – se anteriormente era papel masculino, com o contexto pós-abolição também passa a ser controlado pelas mulheres, dando-lhes uma força social enorme⁶.

⁶ Não posso deixar de chamar a atenção para a interpretação de Pierson (1967, pp. 285) para o fenômeno da autonomia feminina na religião – que se espalhava por vários setores da vida social, como destacou Landes. Apesar de seu estudo não estar propriamente em desacordo com as conclusões de Landes, ele explicava a prerrogativa feminina de liderar os templos de forma totalmente diversa: “For some reason male members of the seita rarely experience, as the woman members, the ‘manifestation’ of an orixá. Consequently, very few males even pass through the rigorous period of training which must always follow the initial ‘appearance’ of a deity (...). Moreover, the men, being more mobile than the women, are ordinarily brought into more extensive contact with the Europeans and their descendants and consequently tend to take over more readily the ideas and sentiments of the whites. The women, on the other hand, ordinarily remain more closely identified with the customs and traditions of their african ancestors. It is the more prominent and influential several of the more prominent and influential *candomblés* in Bahia now have women leaders”.

A segunda convergência relaciona-se ao papel do homem nas duas sociedades, descritos como de menor destaque. Neste sentido o texto de Agassiz é mais incisivo, criticando asperamente o que considerava uma crônica inatividade masculina em oposição à vida atarefada das mulheres que passavam o dia ocupadas na manutenção da casa e na roça, não recebendo nunca a ajuda masculina nem em atividades mais difíceis como trazer pesados potes de água, recolher lenha ou carregar mantimentos (Agassiz & Agassiz, 2000, p. 186). No texto de Landes, os homens das classes baixas urbanas da Bahia são mostrados como verdadeiros parasitas: com limitadas possibilidades de renda depois da abolição, geralmente tornavam-se dependentes do ganho de suas mulheres, que não raramente eram as responsáveis absolutas pela manutenção da família. No primeiro caso, Agassiz utiliza o papel secundário do homem para confirmar a tese da degenerescência racial – que reverberaria na desordem social, com a inversão das atribuições de gênero. Para Landes, contudo, o papel inferiorizado do homem era um elemento criador, pois constituía-se em mais um fator que corroborava com a ascensão social da mulher negra.

A terceira convergência para a qual gostaríamos de chamar a atenção é para a concepção do *Brasil como laboratório racial*. Enquanto no século XIX as expedições de naturalistas percorriam o território para estudar a interação dos tipos humanos dentro da matriz biologicista, no século XX tal imagem permanece, embora desta vez dentro de um quadro cultural. O palco do experimento, contudo, é o mesmo. Não é possível esquecer que neste ponto encontramos um dissenso entre as conclusões: enquanto Landes percebe a miscigenação como um processo inevitável, porém inconciliável com a manutenção da tradição cultural – cuja imagem mais forte é a do quarto de objetos sagrados do babalorixá Martiniano que, após a morte deste, sabida por ela após seu retorno, interroga-se sobre o destino dos objetos de cultos africanos “tão preciosos para os estudiosos” (Landes, 2002, p.336) como quem pergunta sobre as últimas reminiscências de um tempo que não volta - Agassiz vê a miscigenação como o caminho mais rápido para a degradação das raças. Num ponto ambas concordam: tanto Agassiz quanto Landes acreditavam que a manutenção das tradições estava ligada ao afastamento da vida urbana e das transformações sociais delas decorrentes. No caso do estudo de Landes, ela admitia ser este um processo irreversível e cumulativo.

Um estudo mais aprofundado, com outras referências, poderia fornecer um quadro mais amplo de análise das categorias raça e gênero no pensamento social sobre o Brasil. Os estudos analisados brevemente aqui dão uma mostra dos embates profundos relacionados a estas categorias que persistem desafiadoras para as ciências sociais nos dias atuais. O olhar sobre a produção de Elizabeth Agassiz e Ruth Landes demonstram que longe de estar esgotado, o tema ainda provoca muitas questões a serem equacionadas; resta-nos refletir sobre o papel das pesquisas empreendidas por mulheres e suas contribuições que marcadamente oferecem formas criativas e diversificadas de olhar o problema, provocando novas jogadas no tabuleiro da sociedade brasileira.

Referências

- AGASSIZ, Elizabeth e AGASSIZ, Louis. (2000). **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado federal.
- COLE, Sally. (1995). Ruth Landes and the early ethnography of race and gender. In: BEHAR, Ruth. e GORDON, Deborah. (orgs.). (1995). **Women writing culture**. Berkeley: University of Califórnia Press. pp.166-185.
- CORRÊA, Mariza. (2003). O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. pp.163-184.
- CORRÊA, Mariza. Esboços no espelho (Prefácio). In: LANDES, Ruth. (2002). **A cidade das mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ. pp. 09-22.
- CORRÊA, Mariza. (1988). Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. **Revista Brasileira de ciências sociais**. n. 06, v. 03. pp. 79-98.
- FREITAS, Marcus Vinícius de. (2001). **Hartt: expedições pelo Brasil colonial (1875-1878)**. São Paulo: Metalivros.
- FRY, Peter. (2002). Apresentação. In: LANDES, Ruth. (2002). **A cidade das mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ. pp. 23-30.
- HEALEY, Mark. (1996). Os desencontros da tradição em *A cidade das mulheres*: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. São Paulo, **Cadernos Pagu**. v. 6-7.
- LANDES, Ruth. (2002). **A cidade das mulheres**. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

LANDES, Ruth. A woman anthropologist in Brazil. In: GOLDE, Peggy. (ed.). **Women in the field: anthropological experiences**. 2 ed. Berkley: University of California Press. pp. 119-142.

PEIXOTO, Fernanda. (2001). Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: **História das Ciências Sociais no Brasil**, v. 1. In: MICELI, Sergio. (org). São Paulo: Sumaré. pp. 477-532.

PIERSON, Donald. (1967). **Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia**. Chicago: Southern Illinois University Press.

PINTO, Renan Freitas. (2000). **A viagem das idéias: anotações sobre a formação do pensamento social na Amazônia**. Folhas Soltas, v. 5, n.1, pp. 27-34.

SANTOS, F. V. (2005). Brincos de ouro, saias de chita: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). **História, Ciências, saúde – Manguinhos**. V. 12, jan-abr. pp. 11-32.

SCHWARCZ, Lilia M. (2004). O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol et al. (orgs.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

SCHWARCZ, Lilia M. (1993). **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. Das Letras.